

Pagamento de jetons volta a despertar ira de sindicalistas

Membros do governo chegam a ganhar até R\$ 40 mil/mês

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

“Enquanto uma única pessoa do governo recebe R\$ 40 mil por mês, os demais funcionários ganham R\$ 622. Isso é uma vergonha”. O desabafo é do presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Sergipe (Sintrase), Waldir Rodrigues, ao criticar os jetons pagos a pessoas escolhidas pelo governo do Estado para que elas se reúnam em conselhos de diversas instituições. Além de Rodrigues, o presidente do Sindifisco, Abílio Castanheira, também não concorda com estes conselhos, considerando-os “vergonhosos no Brasil inteiro”.

As ponderações dos sindicalistas coincidem com um e-mail enviado a 195 pessoas pelo cidadão José Carlos Almeida onde ele, depois de analisar os dados do site <http://www.transparenciasergipe.se.gov.br>, critica a forma como o governo do Estado defende o não pagamento de melhores salários aos servidores do Detran, tomando como base a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Num trecho da carta, intitulada “Enquanto eles pregam o limite da LRF estão ‘mamando’ no estado!”, o autor diz que “o que provoca mais raiva para os servidores são valores pagos para algumas pessoas do grande escalão da política sergipana, esses valores são pagos pelo fato de que eles fazem parte do conselho deliberativo do Detran”.

E questiona: “Agora, por qual motivo pessoas que já são pagas pelo Estado para nos representar ainda ganham mais valores que chegam a ser cinco vezes maior que um trabalhador que está diariamente na linha de frente, enquanto eles mal se reúnem? De 2010 para cá já foram pagos R\$ 408 mil apenas para seis pessoas, entre essas estão Jackson Barreto de Lima, Joao Bosco da Costa e João Eloy de Menezes. Gostaria de lembrar que além dos salários, essas pessoas ganham esse ‘bônus’”.

Sem se referir especificamente aos jetons do Detran, Waldir Rodrigues lembra que, recentemente, a Procuradoria Geral do Estado

(PGE) entrou com uma ação de improbidade administrativa contra Oliveira Júnior, assessor do governo, acusado de receber, ilícitamente, R\$ 360 mil de salários. “Esses conselhos não fazem diferença nenhuma. Se não existissem, não fariam falta na estrutura do governo”, avisa Waldir Rodrigues.

Para o presidente do Sindifisco, Abílio Castanheira, além dos conselhos, Sergipe tem muitas pessoas em cargos comissionados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diz que são 2.800, mas Abílio acredita que o número seja bem maior. “Somente estes 2.800 supera o total de cargos do Rio Grande do Sul”, observa.

Reiteradas vezes, Abílio Castanheira tem chamado a atenção de que o governo do Estado não está no limite prudencial da LRF. “Ainda não atingiu nem os 42%”, diz. Uma forma do governo é fazer as contas colocando o salário bruto do servidor, não excluindo o valor do Imposto de Renda retido na fonte. Outro mecanismo para inchar a LRF é pagar as folhas de outros poderes, inclusive a dos aposentados e pensionistas.

▼ PARA O SINDIFISCO, OUTRO PROBLEMA É QUE O ESTADO TEM MUITAS PESSOAS EM CARGO COMISSIONADO

Diárias

Na carta, além de falar dos conselhos, José Carlos Almeida critica a existência de diárias pagas indevidamente “e sem fundamento legal, já que são pagas para pessoas que não viajam e tem relação estreita com a diretoria. Seriam os ‘apadrinhados’ que, de 2010 até os dias de hoje, foram gastos com eles mais de R\$ 4 milhões”.

José Carlos diz que o Detran está sendo investigado pelo MPE e aguarda o julgamento. “Só que ainda continua pagando essas diárias, desobedecendo o parecer da PGE onde fala para que a autarquia abaxasse os custos a fim de chamar os excedentes. Excedentes esses que vêm sendo substituídos por estagiários, por exemplo, uma que entrega documento no Shopping Riomar, outros estagiários são colocados sem o mínimo critério de seleção, tendo também entre eles o filho da coordenadora do setor pessoal do Detran”.